



# **Companhia Docas do Rio de Janeiro**

Demonstrações Financeiras com  
Relatório dos Auditores Independentes

31 de dezembro de 2019

## CONTEÚDO

Relatório da Administração

Relatório dos Auditores Independentes

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido

Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

---

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**  
**CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28**

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – 2019**

**1. A EMPRESA**

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ nº 42.266.890/0001-28, com sede na Rua Acre nº 21, Centro, Rio de Janeiro, constituída por meio do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967, tem por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Rio de Janeiro, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura.

É regida pela Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76 e suas alterações, no que lhe for aplicável, pelo seu Estatuto Social e pela Lei nº 12.815/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.033/2013 e suas alterações, a qual dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, bem como pela Lei nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016, que trata das obrigações das empresas públicas.

Tem como missão garantir a efetividade operacional dos seus portos com sustentabilidade, competitividade das operações e foco na satisfação dos usuários, como agente de desenvolvimento sócio econômico e ambiental.

A valorização do capital humano, comprometimento, transparência, foco na satisfação do cliente, responsabilidade socioambiental, ética e inovação são os valores adotados pela CDRJ no desempenho de suas atividades e no seu relacionamento com a sociedade.

No cumprimento de suas atribuições e obrigações estatutárias, a CDRJ planeja e executa suas ações pautada no Plano Nacional de Logística Portuária - PNLN, no Plano Geral de Outorgas – PGO, no Plano Mestre dos Portos, nos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ, no Programa de Dispêndios Globais – PDG, no Regulamento de Exploração dos Portos – REP e nas Tarifas Portuárias aprovadas.

**2. RESULTADOS OPERACIONAIS**

O Complexo Portuário administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro composto pelos portos do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis registrou, no exercício de 2019, uma movimentação em torno de **50.416.595** toneladas. Esta curva apresentou uma queda de **-21%**, comparada ao exercício anterior. Isso é explicado pelo acidente de Brumadinho que provocou a interrupção de algumas minas de minério de ferro exploradas pela Vale e que afetam diretamente a exportação pelo Porto de Itaguaí.

No exercício de 2019, a CDRJ movimentou no longo curso **41.083.070** toneladas na exportação e **6.839.620** toneladas na importação; assim como na cabotagem 1.151.314 toneladas na exportação e 1.342.591 toneladas na importação de cabotagem.

Considerando a natureza da carga, a participação no total da CDRJ, foi de respectivamente: carga geral 17%; granel sólido 83% e granel líquido 1%.

No que diz respeito à movimentação de contêiner, transitaram pelos terminais 405.638 unidades de contêineres, equivalente a 648.154 TEU.

As principais mercadorias movimentadas foram: na exportação, minério de ferro, carga containerizada, produtos siderúrgicos; na importação foram carga containerizada, carvão, coque de hulha, trigo, gesso, coque de petróleo.

A Companhia Docas do Rio de Janeiro, por meio dos seus portos filiados, tem movimentação diversificada, operando todas as naturezas de carga; ou seja, carga geral, granel sólido e granel líquido. Os portos de Niterói e de Angra dos Reis têm foco na modalidade de operação apoio offshore.

### Movimentação Geral de Carga

Em tonelada

<b>MOVIMENTAÇÃO DE CARGA – NO CAIS</b>			
	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>Δ %</b>
Rio de Janeiro	7.123.351	7.433.600	<b>4</b>
Itaguaí	56.604.586	42.950.730	<b>-24</b>
Niterói	44.603	30.981	<b>-31</b>
Angra dos Reis	0	1.284	<b>100</b>
<b>TOTAL</b>	<b>63.772.540</b>	<b>50.416.595</b>	<b>-21</b>

### Perfil por Natureza de Carga na CDRJ (Movimentação no Cais)

Em tonelada

<b>Natureza da Carga</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>Δ%</b>
Sólidos a granel	53.604.964	41.804.371	<b>-22</b>
Líquidos a granel	254.440	285.462	<b>12</b>
Carga Geral	9.913.136	8.326.762	<b>-16</b>
<b>TOTAL</b>	<b>63.772.540</b>	<b>50.416.595</b>	<b>-21</b>

### Movimentação de Contêineres nos Portos da CDRJ

<b>Porto</b>	<b>2018</b>		<b>2019</b>		<b>Δ%</b>	
	<b>Unidade</b>	<b>TEU</b>	<b>Unidade</b>	<b>TEU</b>	<b>Unidade</b>	<b>TEU</b>
Rio de Janeiro	227.833	347.746	244.610	370.257	<b>7,4</b>	<b>6,5</b>
Itaguaí	246.033	415.907	160.728	277.431	<b>-34,7</b>	<b>33,3</b>

CDRJ	473.866	763.653	405.638	648.154	-14,4	-15,1
------	---------	---------	---------	---------	-------	-------

Obs.: Há uma pequena movimentação no cais não arrendado incluída no total da CDRJ.

### 3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O decreto nº 9.611/2018 aprovou o Programa de Dispêndios Globais – PDG/2019. O Orçamento de Investimentos (total das despesas de capital) foi aprovado pela lei nº 13.808/2019 (LOA/2019) e está contido no PDG. Abaixo, o quadro resumo das receitas e despesas aprovadas e executadas.

2019 – Programado	Custeio	Investimento	Total
Receitas	506.994	40.384	547.378
Despesas	480.121	70.585	550.707

#### 3.1. Receitas Correntes – Análise do Faturamento

A execução da receita própria (corrente) alcançou um faturamento de R\$ 544,5 milhões, atingindo 107,4 % do valor projetado para o exercício de R\$ 507,0 milhões. O aumento mais relevante foi no Porto de Itaguaí, com um crescimento de 25,3% em relação ao mesmo período de 2018. Essa alta foi ocasionada por dois fatores:

1. Receita da arrendatária CSN - apuração e cobrança de diferença de DUE's (doc. de exportação) do período de 2017 a 2019, totalizando R\$ 36 milhões, pagos em 03 parcelas de R\$ 12 milhões, a partir de dez/19;
2. Em nov/19, houve aumento da movimentação de minério de ferro (parcela variável), somado a alta significativa do dólar.

Abaixo o quadro da receita total faturada por unidade.

	2018	2019	Diferença	Variação	
				Nominal	Real
<b>Receita Total Faturada</b>	<b>493.956</b>	<b>544.494</b>	<b>50.538</b>	<b>10,9%</b>	<b>5,7%</b>
Rio de Janeiro	211.407	216.010	4.603	2,2%	-2,0%
Niterói	7.605	6.672	-934	-12,3%	-15,9%
Angra dos Reis	4.030	4.224	194	4,8%	0,5%
Itaguaí	235.508	295.185	59.677	25,3%	20,2%
Sede	35.406	22.403	-13.004	-36,7%	-39,3%

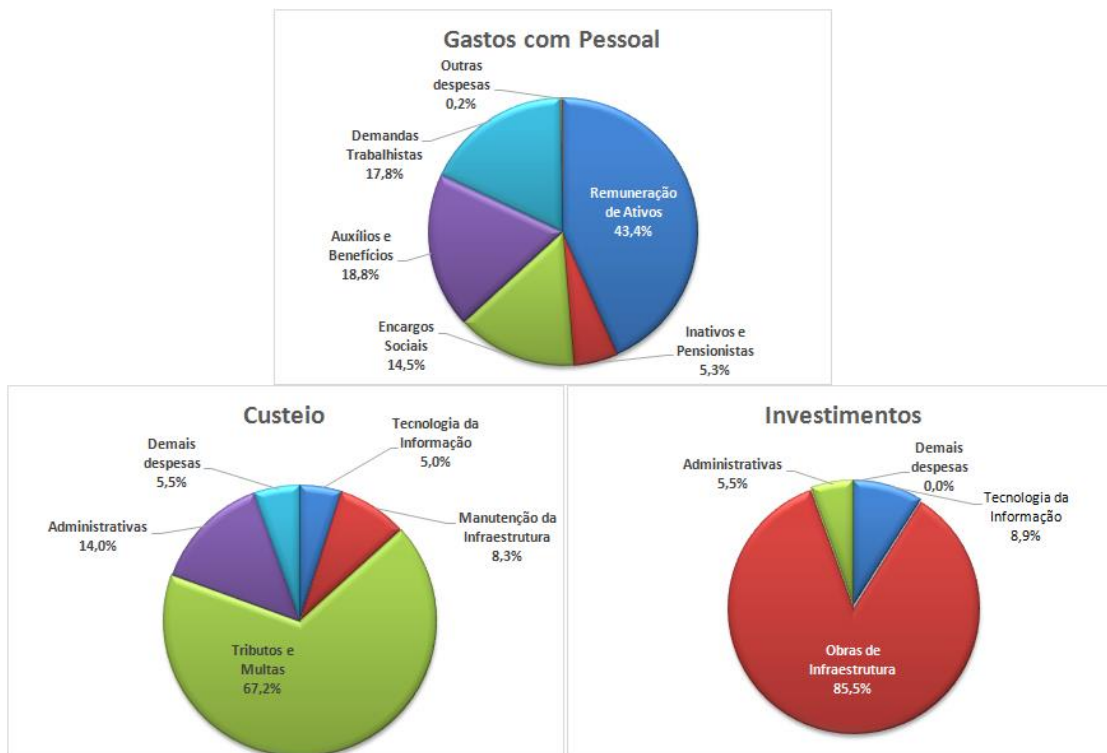
Nota: Para cálculo da variação real, utilizou-se como deflator o IPCA - mês de referência 12/2019.

### 3.2 Evolução da Execução das Despesas – 2015 a 2019

	Em mil R\$				
	2015	2016	2017	2018	2019
Correntes	413.107	399.184	435.361	465.504	459.364
Capital	31.821	136.281	28.122	26.297	18.838
<b>TOTAL</b>	<b>444.928</b>	<b>535.465</b>	<b>463.483</b>	<b>491.801</b>	<b>478.202</b>

Com a meta de otimizar os gastos e reduzir os custos, a gestão orçamentária manteve-se no limite inicialmente aprovado no PDG/2019 de R\$ 480,1 milhões, se fazendo apenas de remanejamentos para cobertura de desequilíbrio em algumas despesas. Não-sazonal e de difícil previsibilidade, a despesa com demandas judiciais trabalhistas foi a única que extrapolou o limite aprovado.

#### 3.2.1 Execução % das Despesas em 2019 – Por Área de Alocação



Em 2019, as despesas de custeio executaram um total de R\$ 130,7 milhões, os quais incluem despesas com manutenção e conservação da infraestrutura operacional e administrativa, além de tributos diversos e outros gastos com custeio.

Os gastos com pessoal apresentaram uma redução de execução de 7,6% em relação ao exercício anterior, reflexo da diminuição em torno de 5% dos empregados ativos.

Nos investimentos, destacam-se o reembolso do financiamento das obras do Terminal 1 no Porto do Rio de Janeiro e a implantação do novo portão 24 no Porto do Rio de Janeiro.

### 3.2.2 Previsão e Execução das Despesas em 2019 e 2018

Despesa	2019		2018		Variação R\$ =b-d	Variação % =b/d
	Dotação (a)	Executado (b)	Dotação (c)	Executado (d)		
<b>Gastos com Pessoal</b>	339.436.645	328.689.038	352.754.605	355.889.293	(27.200.256)	-7,64%
<b>Custeio</b>	140.684.785	130.675.263	114.705.461	109.615.005	21.060.259	19,21%
<b>Investimentos</b>	70.585.438	18.838.502	54.978.028	26.296.647	(7.458.145)	-28,36%
<b>TOTAL</b>	<b>550.706.868</b>	<b>478.202.802</b>	<b>522.438.094</b>	<b>491.800.945</b>	<b>(13.598.143)</b>	<b>-2,76%</b>

### 3.3 Orçamento de Investimentos – Ações e Projetos

O Orçamento de Investimentos da CDRJ é dividido em dois programas, constantes no Plano Plurianual 2016-2019: Programa 2086 – Transporte Aquaviário e Programa 0807- Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais.

O Programa 2086 contempla, dentre outros, o Projeto de Implantação dos Sistemas de Apoio e Gestão de Tráfego de Navios – VTMS, Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos, a Expansão do Terminal 1 no Porto do Rio de Janeiro (reembolso de financiamento), Adequações das Instalações Gerais e de Suprimentos nos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, Implantação do Sistema de Sinalização Náutica, Reforço Estrutural do Cais da Gamboa e Estudos para o Planejamento do Setor Portuário. O total executado nesse programa foi de R\$ 17,6 milhões.

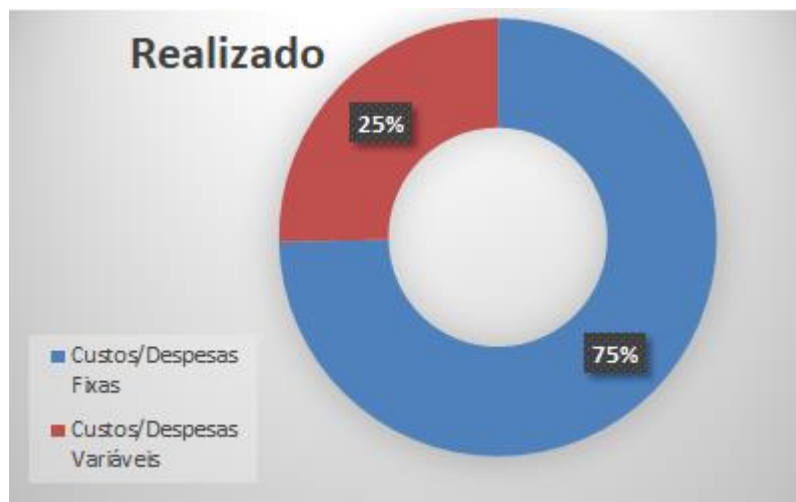
O Programa 0807 inclui investimentos continuados para a manutenção de bens móveis e imóveis, inclusive de tecnologia da informação. O total executado representou R\$ 1,2 milhão.

0807 – Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	Aprovado	Executado
<b>Recursos Próprios</b>	R\$ 8.342.037	R\$ 1.247.761
<b>Total (R\$)</b>	<b>R\$ 8.342.037</b>	<b>R\$ 1.247.761</b>

2086 – Programa Transporte Aquaviário	Aprovado	Executado
Recursos Próprios	R\$ 16.712.008	R\$ 13.804.074
Recursos do Tesouro	R\$ 45.531.393	R\$ 3.786.667
Total (R\$)	<b>R\$ 62.243.401</b>	<b>R\$ 17.590.741</b>

### 3.3.1 Desempenho Orçamentário – Análise da Execução

O orçamento de 2019 obteve um desempenho favorável na redução dos custos fixos, principalmente nos gastos com pessoal, reduzidos em 7,6%, e criou uma folga orçamentária para a implantação de alguns serviços essenciais, como por exemplo o Centro de Comando e Controle do Serviço Portuário, no Porto do Rio de Janeiro. A despesa com Demandas Judiciais Trabalhistas reduziu cerca de 13% (R\$ 9,3 milhões) em relação a 2018, mas ainda causa desequilíbrio orçamentário e financeiro devido à difícil projeção de seus valores. Malgrado a extrapolação dessa rubrica, a CDRJ ficou abaixo do limite inicial e executou 95,3% do total aprovado para despesas correntes no Programa de Dispêndios Globais de 2019.



### 3.3.2 Desafios e Ações Futuras

- ✓ Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira na CDRJ, integralizando os sistemas de registro e controle;
- ✓ Aprimorar a programação e o planejamento orçamentário através da metodologia OBZ, já em vigor na CDRJ;
- ✓ Implementar a modelagem de custeio baseado em atividades portuárias no curto prazo.



## **4. AÇÕES DE GESTÃO PARA CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS**

### **4.1 Ações do Plano de Recuperação Financeira – Plano de Negócios 2019**

Foram realizadas tratativas acerca da revisão das cláusulas contratuais que determinam a inclusão das tarifas de acesso e controles aquaviários nos pagamentos relativos aos arrendamentos, momento em que foi identificado amparo legal regulatório para separação da receita tarifária e de arrendamento. A CDRJ já se manifestou neste sentido nos pedidos de renovação em curso para os contratos de arrendamento do TPAR (Angra dos Reis) e do Sepetiba Tecon (Itaguaí), também foram iniciadas tratativas neste sentido com a Libra Terminais.

Sobre débitos Federais, a empresa aderiu e continuou adimplente com os planos de financiamento dos débitos federais através da adesão ao REFIS, para financiamento dos tributos inadimplidos relativos à parte patronal de INSS e IRPJ, além de CSLL, PASEP e COFINS e demais dívidas em cobrança pela PGFN.

Sobre os débitos municipais, foi criado um grupo de trabalho e realizadas discussões com a CDURP (empresa da Prefeitura Municipal do RJ) para realizar compensações não efetivadas à CDRJ, pelas desapropriações relativas ao projeto “Porto Maravilha”. A ideia é monetizar essas faltas de maneira a compensar os tributos devidos.

Investimentos em segurança, a infraestrutura instalada atualmente conta com um sistema de captura de imagens, sistema de controle de acesso, sistema de detecção de imagem por OCR, rádios, cancelas, catracas, radar de segurança perimetral, biometria, reconhecimento facial e com um Centro de Comando e Controle de Segurança Portuária. Todo este robusto aparato tecnológico garante à CDRJ a manutenção de seu certificado ISPS CODE.

Sobre redução de gastos com pessoal, desde SET2019 ações são desenvolvidas de forma a otimizar as necessidades operacionais e administrativas da CDRJ, sendo materializadas pelo Plano de Desligamento Voluntário em curso. Assim que fechado este ciclo serão estabelecidas tratativas no sentido de elaboração de um plano de demissão compulsória. Entretanto, como medida alternativa de mitigação do custo de pessoal com a guarda portuária, está em negociação com a categoria a alteração no regime de escala, com o objetivo de redução de despesas com horas extras.

Sobre bloqueios judiciais, a CDRJ está tentando estabelecer um Plano Especial de Execução, que visa garantir de forma sustentável o pagamento dos débitos trabalhistas, com a manutenção das atividades empresariais da Companhia, encerrando os bloqueios judiciais nas contas da CDRJ. A proposta do Plano encontra-se em elaboração, a fim de apresentarmos ao Tribunal Regional do Trabalho, dependendo ainda de consultas físicas a processos.

Contratos de securitização, a Secretaria de Tesouro Nacional cobra um valor expressivo da CDRJ, entretanto, o jurídico da Companhia entende que a atualização contraria norma do Banco Central do Brasil. A CDRJ decidiu por não ajuizar para evitar litígio com a União. Em busca de equacionar o problema a Companhia negocia valores com a Marinha do Brasil sobre a área do Prosub para que o pleito seja levado à SPU e assim pagar a dívida com a STN, também está em elaboração processo para propor à STN negociação via Negócio Jurídico Processual.

Sobre o plano de desinvestimento dos ativos não operacionais para redução do passivo, foi elaborado relatório por Grupo de Trabalho sobre situação dos imóveis, indicando possíveis imóveis para realização de desinvestimento. Também foi elaborado plano detalhando as ações para alienação do primeiro imóvel em Niterói.

Sobre o equacionamento do déficit atuarial do Instituto de Seguridade Social PORTUS, a CDRJ elaborou perícia nos processos judiciais para chegar a valores que atendam as partes. Houve um processo interno de equacionamento do plano e chegou-se a uma solução razoável para sanar as demandas relativas ao PORTUS.

#### **4.2 – Outras ações realizadas em 2019**

##### **- Redução de mais de R\$ 1 bilhão no passivo em 2019**

As mudanças realizadas pela atual gestão da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) já começam a gerar resultados. Ciente da situação financeira da empresa, o Diretor-Presidente Francisco Antonio de Magalhães Laranjeira, que assumiu o cargo em 18 de fevereiro de 2019, buscou, como premissa inicial mais urgente, o obsessivo controle de gastos e a criteriosa análise do fluxo de caixa e contas a receber. Os esforços possibilitaram a redução a curto prazo, acima de R\$ 1 bilhão no passivo da empresa, o que correspondeu a um terço do total das dívidas acumuladas.

##### **- Criterioso controle financeiro**

Estão sendo unificados o sistema e o processo de faturamento e contas a receber de todos os portos administrados pela CDRJ, viabilizando maior controle das receitas. Também houve expressiva redução de custos com o pagamento de Adicional de Risco, após a implantação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e Instrumento Normativo interno da Companhia. Além disso, foi aprovado o Plano de Desligamento Voluntário – PDV, que tem previsão de 72 empregados. Os desligamentos ocorrerão ao longo do ano 2020, com uma redução estimada de R\$22 milhões ao ano no custo da folha de pagamento.

##### **- Alfandegamento**

Outra vitória em 2019 foi a Certidão Positiva com efeitos de negativa dos tributos federais, depois de 15 anos em situação irregular. O documento foi obtido por meio de uma ação conjunta das áreas Jurídica e Financeira que celebraram um “negócio jurídico processual” com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para reinclusão da CDRJ no parcelamento junto à União, nos termos da Lei 12.815/2013, no importe de R\$ 27.487.119,55. Destaca-se que a CND é uma exigência indispensável para a recuperação, depois de cinco anos, do alfandegamento do cais público do Porto do Rio de Janeiro e, com mais receita, a empresa passará a ter mais recursos próprios para investir na infraestrutura portuária.

##### **- Modernização das operações portuárias**

O ano foi marcado, ainda, pela concretização de medidas inerentes à modernização das operações portuárias, através da implantação do sistema de programação on-line, que melhora o controle e a agilidade do processo, fortalecendo a integração da Autoridade Portuária com os

agentes marítimos, terminais arrendados e operadores portuários. Outras medidas que visam otimizar as operações portuárias foram adotadas para obter resultados melhores nos próximos anos, como o projeto de derrocagem do Porto de Itaguaí, que permitirá que as embarcações utilizem maior calado operacional, proporcionando, assim, o aumento da movimentação dos terminais e, por consequência, maior faturamento da Companhia.

#### - Operação noturna pela Cotunduba

Aliás, a melhoria no acesso aquaviário dos portos tem sido uma preocupação constante desta gestão. O projeto de uma nova e moderna sinalização náutica para o Canal de Cotunduba, principal acesso ao Porto do Rio de Janeiro para navios de grande porte dada sua característica de profundidade natural mais elevada, já está em processo de aprovação nos órgãos da Marinha do Brasil. A iniciativa vai promover uma navegação mais segura e eficiente das embarcações, especialmente no período noturno, viabilizando assim as operações de carga durante a noite e, consequentemente, maior rentabilidade dos terminais contêineres.

#### - Aumento do calado de operação

Já iniciamos também os projetos de implantação dos sistemas de calado dinâmico nos Portos do Rio de Janeiro (ReDRAFT®) e Itaguaí (DUKC®), que possibilitarão um ganho médio de até um metro sobre os atuais calados, permitindo maior segurança e agilidade nos canais de navegação. O uso dessa tecnologia também traz benefícios econômicos, pois permite otimizar a capacidade de carregamento nos navios, reduz a sobrestada das embarcações no porto e maximiza a operação no canal a partir do incremento das janelas de entradas e saídas.

#### - Implantação do VTMISS

Ademais, está em andamento a primeira fase da implantação do VTMISS - Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações (Vessel Traffic Management Information System, no original em inglês) no Porto do Rio de Janeiro, que deverá ser integrado com o VTMISS do Porto de Itaguaí. O objetivo é melhorar o controle de acesso aos portos e o tráfego marítimo, através da instalação de câmeras para monitoramento e aquisição de estações-base de AIS e radares IPQM com sensores meteo-oceanográficos, entre outros equipamentos.

#### - Segurança no Porto

A segurança do acesso terrestre também tem sido alvo de nossos investimentos, atendendo perfeitamente às exigências do Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code). A inauguração, em maio de 2019, do Centro de Comando e Controle de Segurança Portuária no Porto do Rio de Janeiro, que consiste em sistema de monitoramento com mais de 150 câmeras, cancelas, catracas, rádios, radares de segurança perimetral, drones, controle de acesso, de detecção de imagem por OCR e de reconhecimento facial, criou uma inovadora estrutura de trabalho da Guarda Portuária, garantindo maior segurança e controle para todos os usuários do Porto do Rio de Janeiro.

#### - Saneamento do setor jurídico

A nova postura dos gestores gerou melhores resultados na área jurídica, com a obtenção de decisões judiciais favoráveis à Companhia, como a retomada forçada de dois imóveis de propriedade da CDRJ que estavam ocupados indevidamente há anos. Houve considerável redução do passivo trabalhista, através do parcelamento de débitos que vinham sendo executados e contratação de empresa especializada em perícias judiciais trabalhistas e cíveis, visando a elaboração de cálculos, assistência técnica em processos judiciais e provisionamento de demandas. A melhoria do controle de fiscalização do escritório externo trabalhista resultou da redução de mais de 1000 ações, com significativa queda do valor pago mensalmente ao contratado, garantindo ainda maior economia com relação às despesas fixas da Companhia.

#### - Movimentação de carga

No ano de 2019, foram movimentadas 50,42 milhões de toneladas de cargas nos Portos da Companhia, representando queda de -21% em relação às 63,77 milhões de toneladas movimentadas em 2018. O principal motivador foi a expressiva redução na movimentação no terminal de minério da Vale, no Porto de Itaguaí, que ocorreu após a paralisação de suas atividades de mineração na região afetada pela tragédia de Brumadinho. Essa queda da Vale foi compensada pela elevação de movimentação no terminal de minérios da CSN. Por outro lado, no Porto do Rio de Janeiro, houve aumento de 4% na movimentação de cargas em comparação com o ano de 2018.

#### - Novidades nos Portos

No Porto do Rio de Janeiro, a REFIT (antiga Refinaria de Mangueiras) voltou a operar em novembro e estima-se alcançar uma movimentação de aproximadamente 800 mil toneladas de grãos líquidos por ano, o que corresponderá a um acréscimo de 214% na movimentação dessa natureza de carga no porto, em relação ao volume registrado em 2018. Além disso, confirmou-se para fevereiro de 2020 o início das operações do Terminal de Trigo do Rio de Janeiro (TTRJ). O consórcio das empresas Bunge e M. Dias Branco, que arrendou a área, está investindo R\$146 milhões no novo terminal, que tem uma movimentação prevista de mais de 700 mil toneladas no 5º ano de operação.

A Companhia está conduzindo negociações com a União e o Município do Rio de Janeiro para reduzir passivos com esses entes da ordem de R\$ 700 milhões, via aproveitamento de créditos de indenizações por desapropriações.

A celebração do Acordo Coletivo de Trabalho 2019-2020, com o Sindicato dos Portuários, foi bastante favorável à empresa, gerando uma economia substancial de cerca de R\$ 35 milhões, ao fixar a data base de aumento para a categoria a partir de junho do corrente ano, sem retroceder aos anos sem reajustes, e ainda, vantajoso economicamente em termos financeiros a médio prazo, com a redução dos salários dos sindicalistas e proposta de alteração na escala operacional da Guarda Portuária, ainda em processo de dissídio.

A Companhia Docas firmou convênio de cooperação com a Marinha do Brasil para o compartilhamento de uso de equipamentos e de informações, o que representa uma vantagem econômica e estratégica para as Autoridades Marítima e Portuária, com vistas a melhoras a

segurança da navegação e o controle do tráfego aquaviário na Baía da Guanabara, permitindo e agilizando a implantação do Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações (VTMIS) nos Portos do Rio de Janeiro e de Niterói.

A atual gestão segue trabalhando na melhoria nos processos, na melhoria da infraestrutura de comunicação, na implantação de sistemas para os controles dos acessos aquaviário e terrestre em nossos Portos, no gerenciamento eletrônico de documentos e na supressão de sistemas desconectos, objetivando uma única plataforma integrada.

Todas as medidas adotadas foram estabelecidas para se adequar ao principal objetivo, que é eliminar as barreiras ao fluxo de comércio brasileiro, incentivando a redução de custos e o aumento da eficiência na movimentação de cargas.

Nesse mister, a CDRJ atuou em parceria com os Governos Federal, Estadual e Municipal para a implantação de diversos projetos de obras de infraestrutura nos portos e nos seus entornos, visando à melhoria das vias de acessos rodoviários, ferroviários e marítimos, proporcionando um crescimento econômico-financeiro do setor portuário brasileiro.

### **4.3 - Horizonte promissor**

Certamente esse é um momento de profunda transformação que dará frutos a médio e longo prazo. Tudo isso aconteceu em 2019, mas ainda há muito a fazer. Nosso compromisso assumido de reerguer a CDRJ, com base em princípios éticos, morais e legais, farão da Companhia Docas do Rio de Janeiro uma empresa cada vez mais rentável, eficiente, dinâmica e transparente, capaz de prover uma melhor infraestrutura para os usuários dos portos, aumentando sua produtividade e competitividade, e alavancando a economia do Estado e do Brasil.

Seguindo a mesma trajetória de conquistas do ano de 2019, a CDRJ avançará para o ano de 2020 trabalhando em prol do crescimento e sucesso da empresa.

Os principais desafios para o ano de 2020 são:

- prosseguimento em ações administrativas e judiciais para o saneamento da empresa.
- derrocagem Subaquatica no Porto de Itaguaí;
- recuperação cais da Gamboa;
- implementação do Sigport;
- implementação do PDV;
- implementação do Calado Dinâmico nos Portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí;
- implementação do Sinal Virtual no Porto de Itaguaí;
- ligação de efluentes de esgoto no Porto do Rio de Janeiro;
- Implementação do Star Soft., com centralização do Faturamento e contas a receber;

- Utilização do Canal de Cotunduba para navios de grande porte operarem no período noturno; e
- Implantação do Local Port Service (LPS).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2019, a Companhia alcançou muitas conquistas, seja na busca do saneamento econômico-financeiro e por novas receitas, seja na área operacional e tecnológica.

As demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2018, originalmente divulgadas em 17/04/2019, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia.

A CDRJ incorreu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em lucro no montante de R\$ 947.892 mil (prejuízo de R\$ 330.745 mil em 31 de dezembro de 2018), em especial pelo reflexo da reversão das provisões para contingências, classificadas até o exercício anterior.

Em que pese em 2019 a CDRJ ter avançado fortemente na melhoria das práticas de gestão e estar apresentando seus dados da forma mais fidedigna dos últimos anos, ainda apresenta prejuízos acumulados em cerca de R\$ 3.427,146 mil, o que gera um passivo a descoberto de R\$ 971,609 mil.

Embora a CDRJ possua natureza jurídica de empresa pública não sujeita às regras de falência e recuperação de empresas, as suas atividades passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam o equacionamento dos resultados, otimizar custos e despesas com o objetivo de alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações

É importante ressaltar que as ações da Administração visam reverter esse quadro, principalmente no que diz respeito à situação financeira da Companhia, garantindo sua continuidade operacional. Em 2019, a CDRJ contou com um déficit de Caixa aproximado de R\$ 30 milhões. No entanto, para 2020 e 2021, as expectativas são de melhoria no panorama financeiro, quando consideradas as reduções de despesa de pessoal resultantes do Programa de Desligamento Voluntário e os incrementos de Receitas do Plano de Negócios da Empresa, ambos refletidos na Programação Orçamentária encaminhada à Secretaria de Governança das Empresas Estatais (SEST).

A Receita Incremental Estimada do Plano de Negócios 2020-2022 é de aproximadamente R\$ 914 milhões e resultará de quatro linhas mestras de ação que buscam o melhor retorno dos ativos da empresa: Novos Negócios; Gestão de Contratos; Alteração da forma de cobrança do acesso aquaviário; e Desinvestimentos (subdivido em Alienação e Encontro de Contas).

A receita de R\$ 200 milhões de Novos Negócios será proveniente da formalização de novos contratos de arrendamento, cessões onerosas e locações. Já as novas receitas com Gestão de Contratos, da ordem de R\$ 19 milhões, serão provenientes da formalização de contratos de passagem e do recebimento de valores devidos em contratos em vigor. Quanto à nova forma de cobrança de acesso aquaviário, a CDRJ renegociará seus contratos de arrendamento para a

revisão do modelo de cobrança deste serviço em conformidade com o padrão regulatório brasileiro, obtendo uma receita incremental estimada de R\$ 223 milhões. Por fim, as receitas de Desinvestimentos serão provenientes de alienações de imóveis e de encontro de contas entre créditos e débitos da empresa junto a terceiros, que podem proporcionar uma receita incremental de R\$ 471 milhões.

É importante destacar que, por solicitação do CONSAD em 22 ABR2020, foi elaborado um plano de redução de despesas da CDRJ, onde foram estabelecidas várias ações que contribuíam para uma redução de 20% nos gastos da Cia. O CONSAD, após apreciação, solicitou um maior aprofundamento das ações propostas, com isto, em 21MAI2020 foram apresentados os devidos aprofundamentos do plano de redução de despesas, onde foram mais detalhadas as ações de impacto direto e de mais curto prazo que tangenciam gastos com pessoal e gastos com fornecedores, assim como foram também detalhadas as ações de impactos mais indiretos e de médio prazo, que abordam principalmente gastos com tributos e com condenações e bloqueios judiciais.

O citado Plano de Redução de Despesas foi aprovado pelo CONSAD em sua 741ª reunião de 8 de junho de 2020, contudo ficando ressalvado que algumas ações propostas poderiam ser mais tempestivas e robustas, principalmente no que diz respeito ao benefício de assistência à saúde, ao programa de readequação do efetivo e aos gastos com fornecedores.

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2020.

**Francisco Antonio de Magalhães Laranjeira**  
**Diretor-Presidente**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos mencionados na “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva

#### Contas a receber de partes relacionadas

De acordo com nota explicativa 9, a Companhia possui um saldo de partes relacionadas no contas a receber – ativo não circulante de R\$ 293.215 mil, que corresponde à devolução dos recursos aportados e integralizados na Companhia pelo acionista controlador para a construção do Pier Y e reforço do Cais da Gamboa em 2012 e 2013. Nos anos de 2014 e 2015, a Companhia decidiu pela descontinuação das obras em função de processos ambientais embargando as mesmas. Sendo assim, o acionista controlador requisitou a devolução dos recursos, que deveriam ser registrados como redução de capital social no patrimônio líquido. Consequentemente, o ativo e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$ 293.215 mil.

#### Ativo imobilizado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou a baixado saldo de R\$ 95.977 mil em seu ativo imobilizado líquido de depreciação, I, referente às correções monetárias estabelecidas pelo Decreto Lei 8.200/91 (já revogado) de exercícios anteriores. No entanto, trata-se de retificação de erro de exercícios anteriores e de acordo com práticas contábeis estabelecidas no CPC 23, deveriam ser reapresentadas nos exercícios de origem, consequentemente a demonstração do resultado está a menor naquele montante-

#### Revisão da vida útil

A Companhia não efetuou para a data base de 31 de dezembro de 2019 a totalidade dos ajustes referentes à revisão da vida útil do ativo imobilizado, de acordo com os resultados obtidos nos laudos de avaliação. Assim as taxas de depreciação em função das vidas úteis atuais registradas



no ativo imobilizado não estão de acordo com as práticas contábeis brasileiras, estabelecidas pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado.

### **Cálculo atuarial e valores a pagar – PORTUS**

Conforme nota explicativa nº 17, a companhia é patrocinadora de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através dos PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, que em 31 de dezembro 2018 o montante relativo ao déficit atuarial registrado no passivo correspondia a R\$ 580,127 mil. No entanto a administração não havia procedido a nenhuma avaliação e divulgação relativos aos benefícios concedidos de acordo com as normas contábeis estabelecidas pelo CPC 33(R2). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 contiveram modificação em relação a esse assunto, o qual foi resolvido durante o exercício de 2019. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, também contém modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores correspondentes.

### **Ênfases**

#### **Reapresentação de valores correspondentes**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras que indica que os valores correspondentes individuais relativos ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2018 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017) e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram reapresentados. Nossa opinião não está ressalva em relação a esse assunto.

#### **Continuidade operacional**

Chamamos atenção para a nota explicativa nº1 que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia obteve no lucro de R\$ 947.892 mil. Apesar disso, nessa data o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 493,860 mil, os prejuízos acumulados totalizavam R\$ 3.427,146 mil e o patrimônio líquido estava negativo em R\$ 971,609 mil. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente**

O exame dos balanços patrimoniais individual em 1º de janeiro de 2018 (derivados das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017) e 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparados originalmente antes dos ajustes apresentados na nota explicativa nº 3, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com modificações, com data de 22 de junho de 2018 e 22 de fevereiro de 2019, respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para

auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2018 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto.

### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos mencionados na “base para opinião com ressalva”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível

de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro da perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2020

**Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes**  
CRC-RJ 005.333/O-0



**Claudio Henrique Damasceno Reis**  
Contador - CRC-SC 024.494/O-1



DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(Em milhares de Reais)

<b>ATIVO</b>	Nota	2019	2018
<b>Ativo Circulante</b>			(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa		2.825	14.520
Caixa restrito	4.3	15.569	37.625
Contas a Receber de Clientes	5	54.784	8.035
Estoques		70	412
Créditos Fiscais a Recuperar	6	3.065	6.176
Valores a Receber	7	12.274	8.272
Outros Ativos		2.734	2.820
		<b>91.321</b>	<b>77.860</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Valores a Receber	7	46.891	40.773
Depósitos Judiciais	8	165.012	329.969
Contas a Receber Partes Relacionadas	9	293.215	293.215
Bens em Processo de Cessão	10	4.926	4.926
Cauções e Depósitos Vinculados	11	338.208	284.108
Outros Ativos		627	539
		<b>848.879</b>	<b>953.530</b>
<b>Propriedade para Investimento</b>	12	24.053	4.792
<b>Imobilizado</b>	13	924.836	1.068.889
<b>Intangível</b>		93	372
		<b>1.797.861</b>	<b>2.027.583</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.889.182</b>	<b>2.105.443</b>



DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(Em milhares de Reais)

<b>PASSIVO</b>	Nota	2019	2018
<b>Passivo Circulante</b>			(Reapresentado)
Fornecedores		6.310	4.666
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	14	18.005	26.716
Obrigações Tributárias	15	134.994	113.677
Obrigações Contratuais	16	214.027	180.226
Benefícios Pós Emprego	17	204.822	274.094
Adiantamentos		7.023	7.023
		<b>585.181</b>	<b>606.402</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Obrigações Tributárias	15	934.675	924.362
Obrigações Contratuais	16	34.850	48.872
Benefícios Pós Emprego	17	383.492	477.767
Provisão Para Contingências	18	698.819	1.727.786
Adiantamentos		16.391	25.752
Adiant. Futuro Aumento de Capital	19	207.384	195.697
		<b>2.275.611</b>	<b>3.400.236</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	20	2.455.537	2.455.537
Prejuízos Acumulados		(3.427.147)	(4.356.742)
		<b>(971.610)</b>	<b>(1.901.205)</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.889.182</b>	<b>2.105.433</b>



DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018 (Reapresentado)
<b>Operações Continuadas</b>			
<b>Receita Operacional Líquida</b>	21	460.694	401.150
Custos da Operação	22	(115.938)	(103.748)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>344.756</b>	<b>297.402</b>
<b>Resultado Operacional</b>			
Despesas Gerais e Administrativas	23	(208.773)	(231.991)
Depreciação		(15.528)	(3.993)
Provisões Contábeis Líquidas	24	1.016.076	(196.294)
Outras Receitas Operacionais	25	12.403	51.085
Outras Despesas Operacionais	26	(84.952)	(117)
		<b>719.226</b>	<b>(381.310)</b>
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>1.063.982</b>	<b>(83.908)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Resultado Financeiro Líquido	27	(116.090)	(246.837)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>947.892</b>	<b>(330.745)</b>
<b>Quantidade de Ações</b>		1.222.461.484	1.222.461.562
<b>Lucro/(Prejuízo) por Ação do Capital Social (em Reais)</b>		0,78	(0,29)



DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO AGRANGENTE**  
(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018 (Reapresentado)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>947.892</b>	<b>(330.745)</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>		<b>(18.297)</b>	-
Perda Atuarial em Planos de Pensão	17	(18.297)	-
<b>Resultado Abrangente do Período</b>		<b>929.595</b>	<b>(330.745)</b>



DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

<u>Discriminação</u>	<u>Nota</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Outros Resultados Abrangentes</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Totais</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2018 (Reapresentado)		2.455.537	-	(4.188.341)	(1.732.804)
Ajustes de Prejuízos Acumulados		-	-	162.344	162.344
Resultado Líquido do Exercício		-	-	(330.745)	(330.745)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)</b>		<b>2.455.537</b>	<b>-</b>	<b>(4.356.742)</b>	<b>(1.901.205)</b>
Resultado Líquido do Exercício		-	-	947.892	947.892
Perdas Atuariais em Planos de Pensão	17	-	(18.297)	-	(18.297)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>2.455.537</b>	<b>(18.297)</b>	<b>(3.408.850)</b>	<b>(971.610)</b>





DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ**  
**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

<b>FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	2019	2018 (Reapresentado)
Resultado do Exercício	<b>947.892</b>	<b>(330.745)</b>
(+) Resultados Anteriores	-	144.048
(+) Depreciação e Amortização	40.093	10.517
(-) Baixas do Imobilizado	84.947	-
(+) Variação Monetária de Créditos de Acionistas	11.687	12.888
(+) Provisão para Contingências	(1.028.977)	337.339
(+) Benefícios Pós Emprego	(181.843)	(4.351)
(-) Adiantamentos	(9.361)	(9.361)
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>(135.562)</b>	<b>160.335</b>
<b>Variações no Ativo</b>		
Contas a Receber	(46.749)	23.513
Estoques	342	(365)
Créditos Fiscais a Recuperar	3.110	(2.361)
Outros Valores a Receber	(10.120)	12.828
Depósitos Judiciais	110.857	(27.990)
Outros Ativos	(2)	(1.048)
<b>Variações no Passivo</b>		
Fornecedores	1.644	3.729
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	(8.712)	3.503
Obrigações Tributárias	31.630	125.077
Obrigações Contratuais	19.779	(314.678)
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais</b>	<b>(33.783)</b>	<b>(17.457)</b>
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Imobilizado	32	(4.331)
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento</b>	<b>32</b>	<b>(4.331)</b>
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>	<b>(33.751)</b>	<b>(21.788)</b>
<b>Caixa e Equivalentes no Início do Período</b>	<b>52.145</b>	<b>73.933</b>
<b>Caixa e Equivalentes no Fim do Período</b>	<b>18.394</b>	<b>52.145</b>



DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
(Em milhares de Reais)

	2019	2018 (Reapresentado)
<b>Receitas</b>	<b>1.497.615</b>	<b>378.974</b>
Tarifas Portuárias	94.876	91.586
Arrendamentos Operacionais e Aluguéis	377.663	324.931
Provisão para Perdas Estimadas	(55.622)	(43.531)
Reversão de Provisões	1.080.698	5.988
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(48.270)</b>	<b>(198.286)</b>
Materiais, Água, Energia e Serviços de Terceiros	(27.918)	(28.347)
Despesas Judiciais e Provisões para Riscos Judiciais	(12.144)	(162.438)
Outros custos	(8.208)	(7.501)
<b>Valor adicionado bruto produzido pela entidade</b>	<b>1.449.345</b>	<b>180.688</b>
<b>Depreciação e Amortização</b>	<b>(40.093)</b>	<b>(10.517)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>1.409.252</b>	<b>170.171</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>(31.294)</b>	<b>158.896</b>
Receitas financeiras	53.100	158.702
Outras	(84.394)	194
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>1.377.958</b>	<b>329.067</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>1.377.958</b>	<b>329.067</b>
<b>Pessoal</b>	<b>237.449</b>	<b>232.546</b>
Remuneração Direta (Ativos, Cedidos e Estagiários)	103.088	96.747
Benefícios	58.550	55.498
Benefícios Pós-emprego	20.327	21.340
FGTS	9.172	10.664
INSS	30.787	34.056
Encargos	3.104	3.313
Provisões	10.431	8.995
Honorários da Diretoria, CONSAD e CONFIS	1.990	1.933
<b>Tributos</b>	<b>23.426</b>	<b>21.724</b>
Federais	14.121	13.304
Estaduais	-	32
Municipais	9.305	8.388
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>169.191</b>	<b>405.542</b>
Despesas financeiras	169.191	405.542
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>947.892</b>	<b>(330.745)</b>

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

## **1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, doravante denominada “CDRJ” ou “Companhia”, com sede na Rua Acre, 21 Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A CDRJ tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério da Infraestrutura, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

### **1.1 Continuidade Operacional**

As demonstrações financeiras da CDRJ foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações.

Conforme apresentado nos relatórios, a CDRJ incorreu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em lucro no montante de R\$ 947.892 mil (prejuízo de R\$ 330.745 mil em 31 de dezembro de 2018), em especial pelo reflexo da reversão das provisões para contingências, classificadas até o exercício anterior.

Embora a CDRJ possua natureza jurídica de empresa pública não sujeita às regras de falência e recuperação de empresas, as suas atividades passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam o equacionamento dos resultados, otimizar custos e despesas com o objetivo de alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações. O Conselho de Administração aprovou, em sua 741ª reunião, de 8 de junho de 2020, o plano de redução de despesas elaborado pela Diretoria Executiva.

## **2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A autorização, pela Diretoria Executiva, para conclusão da preparação destas demonstrações, ocorreu em 23 de julho de 2020.

## **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **3 – REAPRESENTAÇÃO PARA FINS COMPARATIVOS**

As demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2018, originalmente divulgadas em 17/04/2019, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia.

Para tanto, a Administração da Companhia revisou a forma de contabilização e apresentação dos saldos das demonstrações contábeis, considerando os ativos, passivos e resultado do exercício, conforme sucinta descrição dos fatos:

A CDRJ celebrou o contrato 043/2019 com a empresa César Amaral Assessoria e Perícia Contábil – Sociedade Simples – Ltda. para a prestação dos serviços de elaboração e revisão de cálculos judiciais nas esferas trabalhista, cível e tributária.

O perito responsável pelos cálculos concluiu que os valores das provisões para contingências, dos processos cíveis e tributários, no exercício de 2018, foram apresentados sem a devida correção monetária. O trabalho resultou também na revisão de três grandes passivos em discussões judiciais: Arrendamentos Mercantil dos Bancos J. P. Morgan e Dibens Leasing e a Reserva por Tempo de Serviço Anterior – RTSA, do Portus – Instituto de Seguridade Social, todos classificados no Passivo Não Circulante. Segundo o laudo, o passivo estava superavaliado e os valores foram baixados por decisão da Diretoria Executiva, em sua 2379ª reunião, de 28 de novembro de 2019, sendo mantidos apenas os valores considerados como perdas prováveis, na rubrica Provisão para Contingências. A revisão das demais ações cíveis e tributárias resultou no ajuste de R\$ 1.475.161 mil (R\$ 1.360.236 mil em 2017).

Conforme nota explicativa nº 17, o cálculo do déficit atuarial, realizado para o exercício de 2017, também gerou ajustes retrospectivos, os quais também foram considerados nesta reapresentação.

A seguir apresentamos um resumo das demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício) originais, comparadas às demonstrações ora apresentadas, bem como uma breve descrição de cada ajuste. Os demais demonstrativos foram apresentados apenas como alteração nos valores comparativos do exercício anterior.



DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(Em milhares de Reais)

ATIVO	31 de dezembro de 2018			1º de janeiro de 2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado	01/01/2018	Ajuste	Reapresentado
<b>Ativo Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	14.520	-	14.520	28.163	-	28.163
Caixa restrito	37.625	-	37.625	45.769	-	45.769
Contas a Receber de Clientes	8.035	-	8.035	31.548	-	31.548
Estoques	412	-	412	47	-	47
Créditos Fiscais a Recuperar	6.176	-	6.176	3.815	-	3.815
Valores a Receber	8.272	-	8.272	7.980	-	7.980
Outros Ativos	2.820	-	2.820	1.829	-	1.829
	<b>77.860</b>	-	<b>77.860</b>	<b>119.151</b>	-	<b>119.151</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>						
<b>Realizável a Longo Prazo</b>						
Valores a Receber	40.773	-	40.773	53.892	-	53.892
Depósitos Judiciais	329.969	-	329.969	335.665	-	335.665
Partes Relacionadas	293.215	-	293.215	293.215	-	293.215
Bens em Processo de Cessão	4.926	-	4.926	4.926	-	4.926
Cauções e Depósitos Vinculados	284.108	-	284.108	250.422	-	250.422
Outros Ativos	539	-	539	482	-	482
	<b>953.530</b>	-	<b>953.530</b>	<b>938.603</b>	-	<b>938.603</b>
<b>Propriedade para Investimento</b>	4.792	-	4.792	4.792	-	4.792
<b>Imobilizado</b>	1.068.889	-	1.068.889	1.074.797	-	1.074.797
<b>Intangível</b>	372	-	372	651	-	651
	<b>2.027.583</b>	-	<b>2.027.583</b>	<b>2.018.843</b>	-	<b>2.018.843</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.105.443</b>	-	<b>2.105.443</b>	<b>2.137.994</b>	-	<b>2.137.994</b>



DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	31 de dezembro de 2018			1º de janeiro de 2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado	01/01/2018	Ajuste	Reapresentado
<b>Passivo Circulante</b>						
Fornecedores	4.666	-	4.666	937	-	937
Obrigações Trab. e Assistenciais	26.716	-	26.716	23.213	-	23.213
Obrigações Tributárias	113.677	-	113.677	90.023	-	90.023
Obrigações Contratuais	180.226	-	180.226	161.430	-	161.430
Benefícios Pós Emprego	274.094	-	274.094	234.041	-	234.041
Receitas Diferidas	7.023	-	7.023	7.023	-	7.023
	<b>606.402</b>	-	<b>606.402</b>	<b>516.666</b>	-	<b>516.666</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>						
Obrigações Tributárias	924.362	-	924.362	822.940	-	822.940
Obrigações Contratuais	48.872	-	48.872	382.346	-	382.346
Benefícios Pós Emprego	308.875	168.892	477.767	353.280	-	353.280
Arrendamento Mercantil	748.760	(748.760)	-	614.857	(614.857)	-
Provisão Para Contingências	252.625	1.475.161	1.727.786	217.409	1.360.235	1.577.644
Receitas Diferidas	25.752	-	25.752	35.113	-	35.113
Adiant. Futuro Aumento de Capital	195.697	-	195.697	182.809	-	182.809
	<b>2.504.943</b>	<b>895.293</b>	<b>3.400.236</b>	<b>2.608.754</b>	<b>745.378</b>	<b>3.354.132</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>						
Capital Social	2.455.537	-	2.455.537	2.455.537	-	2.455.537
Prejuízos Acumulados	(3.461.449)	(895.293)	(4.356.742)	(3.442.964)	(745.378)	(4.188.341)
	<b>(1.005.912)</b>	<b>(895.293)</b>	<b>(1.901.205)</b>	<b>(987.427)</b>	<b>(745.378)</b>	<b>(1.732.804)</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>2.105.433</b>	-	<b>2.105.433</b>	<b>2.137.994</b>	-	<b>2.137.994</b>



DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO E ABRANGENTE**  
(Em milhares de Reais)

	31 de dezembro de 2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Operações Continuadas</b>			
<b>Receita Operacional Líquida</b>	401.150	-	401.150
Custos da Operação	(103.748)	-	(103.748)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>297.402</b>	-	<b>297.402</b>
<b>Resultado Operacional</b>			
Despesas Gerais e Administrativas	(231.991)	-	(231.991)
Depreciação	(3.993)	-	(3.993)
Provisões Contábeis Líquidas	(81.367)	(114.927)	(196.294)
Outras Receitas Operacionais	51.085	-	51.085
Outras Despesas Operacionais	(117)	-	(117)
	<b>(266.383)</b>	<b>(114.927)</b>	<b>(381.310)</b>
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	<b>31.019</b>	<b>(114.927)</b>	<b>(83.908)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Resultado Financeiro Líquido	<b>(380.740)</b>	<b>133.903</b>	<b>(246.837)</b>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>(349.721)</b>	<b>18.976</b>	<b>(330.745)</b>
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>(349.721)</b>	<b>18.976</b>	<b>(330.745)</b>



DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**  
**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

	31 de dezembro de 2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Resultado do Exercício	<b>(349.721)</b>	18.976	<b>(330.745)</b>
(+) Resultados Anteriores	331.235	(187.187)	144.048
(+) Depreciação e Amortização	10.517	-	10.517
(+) Baixas do Imobilizado	-	-	-
(+) Variação Monetária de Créditos de Acionistas	12.888	-	12.888
(+) Provisão para Contingências	222.412	114.927	337.339
(-) Adiantamentos	(9.361)	-	(9.361)
(-) Arrendamento mercantil	133.903	(133.903)	-
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>351.873</b>	<b>(187.187)</b>	<b>164.686</b>
<b>Variações no Ativo</b>			
Contas a Receber	23.513	-	23.513
Estoques	(365)	-	(365)
Créditos Fiscais a Recuperar	(2.361)	-	(2.361)
Outros Valores a Receber	12.828	-	12.828
Depósitos Judiciais	(27.990)	-	(27.990)
Outros Ativos	(1.048)	-	(1.048)
<b>Variações no Passivo</b>			
Fornecedores	3.729	-	3.729
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	3.503	-	3.503
Obrigações Tributárias	125.077	-	125.077
Obrigações Contratuais	(314.678)	-	(314.678)
Benefícios Pós Emprego	(191.538)	187.187	(4.351)
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais</b>	<b>(17.457)</b>	-	<b>(17.457)</b>
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Imobilizado	(4.331)	-	(4.331)
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento</b>	<b>(4.331)</b>	-	<b>(4.331)</b>
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento</b>	-	-	-
<b>FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>	<b>(21.788)</b>	-	<b>(21.788)</b>
<b>Caixa e Equivalentes no Início do Período</b>	<b>73.933</b>	-	<b>73.933</b>
<b>Caixa e Equivalentes no Fim do Período</b>	<b>52.145</b>	-	<b>52.145</b>





DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
(Em milhares de Reais)

	31 de dezembro de 2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Receitas</b>	<b>378.974</b>	-	<b>378.974</b>
Tarifas Portuárias	91.586	-	91.586
Arrendamentos Operacionais e Aluguéis	324.931	-	324.931
Provisão para Perdas Estimadas	(43.531)	-	(43.531)
Reversão de Provisões	5.988	-	5.988
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(198.286)</b>	<b>(114.927)</b>	<b>(83.359)</b>
Materiais, Água, Energia e Serviços de Terceiros	(28.347)	-	(28.347)
Despesas Judiciais e Provisões para Riscos Judiciais	(162.438)	(114.927)	(47.511)
Outros custos	(7.501)	-	(7.501)
<b>Valor adicionado bruto produzido pela entidade</b>	<b>180.688</b>	<b>(114.927)</b>	<b>295.615</b>
<b>Depreciação e Amortização</b>	<b>(10.517)</b>	-	<b>(10.517)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>170.171</b>	<b>(114.927)</b>	<b>285.098</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>158.896</b>	-	<b>158.896</b>
Receitas financeiras	158.702	-	158.702
Outras	194	-	194
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>329.067</b>	<b>(114.927)</b>	<b>443.994</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>329.067</b>	<b>(114.927)</b>	<b>443.994</b>
<b>Pessoal</b>	<b>232.546</b>	-	<b>232.546</b>
Remuneração Direta (Ativos, Cedidos e Estagiários)	96.747	-	96.747
Benefícios	55.498	-	55.498
Benefícios Pós-emprego	21.340	-	21.340
FGTS	10.664	-	10.664
INSS	34.056	-	34.056
Encargos	3.313	-	3.313
Provisões	8.995	-	8.995
Honorários da Diretoria, CONSAD e CONFIS	1.933	-	1.933
<b>Tributos</b>	<b>21.724</b>	-	<b>21.724</b>
Federais	13.304	-	13.304
Estaduais	32	-	32
Municipais	8.388	-	8.388
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>405.542</b>	<b>(133.903)</b>	<b>539.445</b>
Despesas financeiras	405.542	(133.903)	539.445
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>(330.745)</b>	<b>18.976</b>	<b>(349.721)</b>

### 3.1 Arrendamento Mercantil

Trata-se de contratos de *leasing* de equipamentos portuários transferidos da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRAS para a CDRJ, em cobrança judicial.

Os processos tramitam na 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro e possuem ordem de penhora, em cumprimento, com percentual de 7% (sete por cento) sobre o faturamento, sendo 5% (cinco por cento) em favor do Banco J.P. Morgan, nos autos do Processo nº 0005985-83.1997.4.02.5101 e 2% (dois por cento) em favor do Dibens Leasing S.A., nos autos do Processo nº 0044608-27.1994.4.02.5101.

Os registros das obrigações foram objeto de perícia contábil, no exercício de 2019, cuja conclusão foi pela baixa dos valores registrados no Passivo Circulante, visto que, segundo o perito, o pagamento já havia ocorrido. O relatório sugeriu também que a CDRJ mantivesse apenas a provisão das contingências jurídicas, conforme nota nº 18. A Administração da CDRJ deliberou por acatar o laudo do perito e determinou a baixa do passivo em sua 2379ª reunião, de 28 de novembro de 2019.

Os cálculos são de responsabilidade da empresa César Amaral Assessoria e Perícia Contábil – Sociedade Simples Ltda., segundo termos do Contrato CDRJ nº 043/2019, cujo objeto é a *“elaboração e revisão de cálculos judiciais nas esferas trabalhista e cível / tributária, emissão de pareceres técnicos (...) e elaboração de provisionamento contábil/financeiro, relacionados aos processos em que a CDRJ figure como parte da reclamação processual”*.

### 3.2 Benefícios Pós Emprego

Foram realizados dois ajustes na conta de Benefícios Pós Emprego – Passivo Não Circulante: a baixa da Reserva por Tempo de Serviço Anterior – RTSA e o reconhecimento do déficit atuarial.

A baixa do RTSA ocorreu pelos mesmos motivos expostos no item 4.1, tendo a Diretoria Executiva deliberado pela baixa do passivo, mantendo apenas a provisão para perda provável, em R\$ 62.249 mil, conforme nota nº 18.

O registro do déficit atuarial está explicado na nota nº 17.

Segue quadro com a composição do ajuste:

	<b>Valores</b>
Baixa da Reserva por Tempo de Serviço Anterior - RTSA	(182.003)
Registro do Déficit Atuarial	350.895
<b>Ajuste Líquido</b>	<b>168.892</b>

### **3.3 Provisão para Contingências**

Segundo o perito, o passivo estava subavaliado, visto que as provisões dos processos cíveis e tributários foram apresentadas sem a devida correção monetária. O laudo concluiu como perda provável, no exercício de 2018, o montante de R\$ 1.727.796 mil, o qual inclui as ações trabalhistas.

## **4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis estão definidas abaixo.

### **4.1 Apuração do Resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços (tarifas portuárias) e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A CDRJ reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

### **4.2 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

### **4.3 Caixa Restrito**

Representa os depósitos em Conta Única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos em Investimentos e outros. Os valores são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

### **4.4 Instrumentos financeiros**

#### **(i) Ativos Financeiros**

##### **a) Reconhecimento Inicial e Mensuração**

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de

transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

#### **b) Mensuração Subsequente**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### **Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio do Resultado**

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

##### **Empréstimos e Recebíveis**

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

##### **c) Baixa**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A empresa transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”;
- A empresa transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo;
- A empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

#### **(ii) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros**

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um

ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da empresa.

### **(iii) Passivos Financeiros**

#### **a) Reconhecimento Inicial e Mensuração**

Os passivos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

#### **b) Mensuração Subsequente**

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### **Empréstimos e Financiamentos**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

##### **c) Baixa**

Um passivo financeiro é baixado quando:

- A obrigação é revogada, cancelada ou quando expirar;
- Quando for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes;
- Quando os termos de um passivo existente forem significativamente de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

## **4.5 Contas a receber**

As Contas a Receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício. Do total do Contas a Receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o

valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

#### **4.6 Estoques**

Os estoques referem-se a itens de almoxarifado a serem utilizados nas atividades da Companhia e estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

#### **4.7 Créditos Fiscais a Recuperar**

Correspondem aos saldos credores de PIS e COFINS a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuição social retidos por outros órgãos públicos.

#### **4.8 Bens em Processo de Cessão**

Uma vez classificados como bens disponibilizados para vendas e/ou cessão, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado.

#### **4.9 Cauções e Depósitos Vinculados**

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão judicial acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

#### **4.10 Propriedade para Investimentos**

Propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial.

#### **4.11 Imobilizado**

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

##### **a) Teste de recuperabilidade – Impairment**

Em 2019, a CDRJ celebrou o contrato nº 034/2019 com a empresa Convergry Serviços e Contabilidade Ltda. para a prestação de serviços de análise e avaliação da redução ao valor recuperável de ativos e análise contábil dos valores registrados no Ativo Imobilizado e no Intangível, para cálculos do valor do *impairment*, vida útil residual e elaboração do fluxo de

caixa por Unidade Geradora de Caixa – UGC.

A contratada definiu a realização do teste de impairment, inicialmente, utilizando-se da abordagem de Valor em Uso para testar os ativos, dada a sua praticidade, valor preditivo e completa aderência à definição de ativo, segundo o IFRS.

Foram identificadas quatro Unidades Geradoras de Caixa: UGC Porto do Rio de Janeiro, UGC Porto Niterói, UGC Porto de Itaguaí e UGC Porto de Angra dos Reis.

Os testes provaram a recuperabilidade de todos os ativos tangíveis e intangíveis, tendo sido realizados pelo valor em uso na UGC Porto do Rio de Janeiro e na UGC Porto de Itaguaí, e pelo valor de mercado na UGC Porto de Niterói e na UGC Porto de Angra dos Reis.

Os testes provaram também, em procedimento complementar, incluindo os itens administrativos, corporativos e de complementariedade carregados às UGC, que todos os ativos passam no teste de impairment sem indícios de perda por desvalorização.

#### **b) Vida útil**

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

O Imobilizado está segregado nos seguintes grupos, segundo o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, instituído pela Portaria nº 57, de 8 de março de 2016, da ANTAQ, e possui as seguintes taxas anuais de depreciação:

Bens em Operação	Taxas Anuais de Depreciação
Contas	
Dragagem – Aprofundamento	Entre 10% e 20%
Sinalização	10%
Proteção Marítima	Entre 4% e 10%
Berço e Cais	Entre 4% e 10%
Estacionamento	4%
Vias Internas	Entre 4% e 10%
Linha Férrea	4%
Pátios	Entre 4% e 10%
Armazéns	Entre 4% e 25%
Tancagem	7%
Silo	4%
Guindaste	Entre 4% e 8%
Portêiner	10%
Ship Loader	Entre 5 e 7%
Correia Transportadora	Entre 7% e 10%
Tubulação	Entre 4% e 10%
Grab	20%
Empilhadeira	Entre 5% e 12%
Outros – Equipamentos	Entre 4% e 20%

Bens – Administração	Taxas Anuais de Depreciação
Contas	
Terrenos	Não deprecia
Edificações	Entre 4% e 25%
Instalações	Entre 2% e 10%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	Entre 5% e 50%
Equipamentos de Informática	Entre 10% e 33%
Sistemas Aplicativos (Software)	Entre 10% e 20%
Mobiliário	Entre 3% e 20%
Veículos	Entre 4% e 25%
Ferramentas	Entre 5% e 10%

Imobilizado em Andamento	Taxas Anuais de Depreciação
Contas	
Obras em Andamento	Não deprecia
Imobilizações a Classificar	Entre 3% e 20%

**Bens em Operação** registram os itens de propriedade da CDRJ que são utilizados nas atividades operacionais.

**Bens da Administração** registram os itens utilizados na atividade administrativa.

**Imobilizado em andamento** registram os itens que ainda não estão operando.

#### 4.12 Intangível

O ativo intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

#### 4.13 Obrigações Trabalhistas Fiscais e Contratuais

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas até a data do balanço.

#### 4.14 Benefícios Pós-Emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

#### 4.15 Provisões para Contingências

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da CDRJ, sendo o seu reconhecimento,



mensuração e divulgação efetuados em atendimento ao CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

#### **4.16 Adiantamentos**

Devido à realização de operação de antecipação de recebíveis junto à União, por conta de cessão de créditos futuros, da carteira de clientes da CDRJ, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, pelo regime de competência.

#### **4.17 Imposto de Renda e Contribuição Social**

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

#### **4.18 Receita Operacional**

A receita é mensurada quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, sendo provável que os benefícios econômicos futuros serão transferidos para a sociedade, os custos incorridos na transação possam ser mensurados e os riscos e benefícios foram transferidos e assumidos pelo tomador do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

##### **a) Tarifas Portuárias**

As receitas tarifárias são registradas com base na utilização de cais público, por atracação de navios de carga e passageiros, movimentação de cargas e passageiros, fundeio, utilização do canal de acesso aquaviário, utilização de estrutura terrestre, armazenagem e utilização de equipamentos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o usuário, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

##### **b) Receita de Arrendamento**

As receitas de arrendamento são registradas com base em contratos de arrendamento operacionais de áreas primárias dos portos e são calculadas por meio da movimentação de carga e de passageiros e do preço do arrendamento, cobrado independentemente da movimentação, conforme a particularidade de cada contrato. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente acerca da remuneração do contrato e da movimentação, atestada pela fiscalização dos contratos.

### c) Receita de Juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, da demonstração de resultado.

De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa de valor da receita acumulada.

## 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Cientes Nacionais	235.050	180.953
(-) Perdas Estimadas	(180.266)	(172.918)
<b>Totais</b>	<b>54.784</b>	<b>8.035</b>

Em dezembro de 2019, a CDRJ emitiu duas faturas contra a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, no valor total de R\$ 47.085 mil, cujas baixas só ocorreram no exercício de 2020.

## 6 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Imposto de Renda	2.893	5.455
Contribuição Social	172	721
<b>Totais</b>	<b>3.065</b>	<b>6.176</b>

## 7 – VALORES A RECEBER

	<b>Circulante</b>		<b>Não Circulante</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Município do Rio de Janeiro	6.456	6.306	40.904	40.773
Convênio CDRJ x INEA	1.200	1.200	-	-
Acordos – Créditos a Receber	4.019	-	5.987	-
Outros Valores a Receber	599	766	-	-
<b>Totais</b>	<b>12.274</b>	<b>8.272</b>	<b>46.891</b>	<b>40.773</b>

**Município do Rio de Janeiro** compreende o saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis ou terrenos urbanos de titularidade da CDRJ, nos termos do Decreto Presidencial não numerado, de 10 de setembro de 2013, o qual autorizou o Município do Rio de Janeiro a declarar de utilidade pública o domínio público dos imóveis pertencentes à CDRJ, destinados à implantação da urbanização da área portuária.

O **Convênio CDRJ/INEA** refere-se ao repasse da União para o Instituto Estadual do Ambiente, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepetiba, conforme Termo de Convênio nº 120/2012, assinado entre a CDRJ e o INEA, visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba. Em contrapartida, o convênio possibilita a CDRJ pugnar pela compensação do valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022386-0. Após o término do contrato, o INEA realizou a prestação de contas e pleiteou novo aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil (referente ao valor não utilizado de R\$ 500 mil e atualização no valor de R\$ 700 mil) que deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e propôs o ajuizamento de ação visando o ressarcimento do saldo remanescente, devidamente atualizado.

**Acordos – Créditos a Receber** compreende o saldo a receber referente aos acordos de confissão de dívidas firmados com os seguintes clientes: Píer Mauá S.A., Triunfo Logística Ltda. e Pennant Serviços Marítimos Ltda.

## **8 – DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Valores relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Ações Judiciais - IPTU	13.408	13.408
Ações Judiciais - Portus	32.783	230.881
Ações Judiciais - VPNI	29.201	22.468
Outras Ações Judiciais	89.619	63.211
<b>Totais</b>	<b>165.012</b>	<b>329.969</b>

**As Ações Judiciais – IPTU** tratam de pedidos de reconhecimento de imunidade tributária, em face dos Municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis.

**As Ações Judiciais – Portus** são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos: 0105594-59.2004.8.19.0001, da 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e 0002173-66.2013.8.19.0024, da 1ª Vara Cível do Rio de Janeiro

**Ações Judiciais – VPNI** compreendem os depósitos judiciais no processo 0100626-70.2017.5.01.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, relativo à rubrica salarial denominada VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Individual.

**Outras Ações Judiciais** compreendem os depósitos judiciais nos demais processos cíveis, trabalhistas e tributários.

## 9 – CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Entretanto, por solicitação de sua controladora, foram devolvidos os montantes de R\$ 279.900 mil e R\$ 13.315 mil aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente.

## 10 – BENS EM PROCESSO DE CESSÃO

São terrenos na área do porto organizado de Itaguaí, baixados para cessão à União para utilização no programa de construção da Base e Estaleiro Naval e área de apoio para submarinos convencionais e nucleares para a Marinha do Brasil, através do Protocolo de Intenções firmado entre SEP/PR, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Comando da Marinha e Companhia Docas do Rio de Janeiro, datado de 17/03/2010 e Contrato C-SUPJUR nº 50, de 10/08/2010. O valor encontra-se registrado nesta conta aguardando o encerramento do processo de dação dos bens, que terá como contrapartida a redução da participação da União no Capital Social da Companhia.

## 11 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Os seguintes valores compõem o grupo:

	31/12/2019	31/12/2018
Recursos Bloqueados RSD	9.232	9.232
Bloqueios em Conta Corrente	151.278	126.266
Bloqueios em Ações do Leasing	164.146	137.197
Recursos Judiciais	13.552	11.413
<b>Totais</b>	<b>338.208</b>	<b>284.108</b>

**Recursos Bloqueados RSD** referem-se aos valores de Reembolso de Serviço de Dragagem depositados no BNDES como garantia aos contratos de *Leasing* da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

**Bloqueios em Conta Corrente** são relativos a diversas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, com pedido de penhora judicial em conta bancária.

**Bloqueios nas Ações do Leasing Portobrás** são penhoras na receita da CDRJ para garantia dos seguintes processos:

0190316-36.1998.8.19.0001 – 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0102697-82.2009.8.19.0001 – 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0044608-27.1994.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

0005985-83.1997.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

**Recursos Judiciais** registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas de interesse da CDRJ.

## **12 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS**

Trata-se de 75 (setenta e cinco) imóveis externos (Edificações e Terrenos) de propriedade da CDRJ, mantidos para auferir aluguel ou para valorização de capital ou para ambas, registrados pelo valor de aquisição (custo histórico).

Segundo laudo de determinação de valor de mercado, realizado pela empresa Convergry Serviços e Contabilidade Ltda., observados os métodos de análise e de avaliação empregados, com considerações feitas aos bens em estudo quanto às suas características, estado de conservação e manutenção, os imóveis registrados em Propriedade para Investimentos foram avaliados em R\$ 547.499 mil.

## **13 – IMOBILIZADO**

O ativo imobilizado está assim composto:

	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Líquido 31/12/2019</b>	<b>Líquido 31/12/2018</b>
Bens em Operação	949.562	(178.174)	771.388	858.629
Bens - Administração	156.927	(51.263)	105.664	143.397
Imobilizado em Andamento	32.963	-	32.923	51.292
Imobilizado a Classificar	15.195	(374)	14.821	15.571
<b>Totais</b>	<b>1.154.647</b>	<b>(287.456)</b>	<b>924.836</b>	<b>1.068.889</b>

## **14 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS**

O grupo contém as remunerações a empregados, diretores, conselheiros, membros do comitê de auditoria, estagiários e jovens aprendizes, com os respectivos encargos; os valores a serem recolhidos a título de pensão alimentícia; e as consignações descontas em folha, tais como contribuição para sindicatos e associações de classe, empréstimos bancários, plano funeral, etc.

A seguir a composição do grupo:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Remunerações	9.232	10.054
Consignações	327	391
Mesada Judicial	134	284
Provisões e Encargos	8.312	15.987
<b>Totais</b>	<b>18.005</b>	<b>26.716</b>

## 15 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, têm a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IPTU	14.611	13.191	-	-
ISS	446	3.382	499.959	469.334
Parcelamentos	70.074	37.730	434.716	455.028
PASEP/COFINS	10.365	27.709	-	-
IR e CSLL	5.318	7.690	-	-
INSS/FGTS	14.901	5.099	-	-
ATP	6.820	6.820	-	-
Taxa de Ocupação	11.322	11.322	-	-
Outros	1.137	734	-	-
<b>Totais</b>	<b>134.994</b>	<b>113.677</b>	<b>934.675</b>	<b>924.362</b>

O saldo de **IPTU** a recolher é referente a dois acordos de pagamento com o Município do Rio de Janeiro, de débitos inscritos em Dívida Ativa em 2009, inscrições 1810258-2 e 3017358-7, os quais a CDRJ não recolhe desde janeiro de 2013, além dos impostos relativos aos exercícios de 2016 e 2017 dos Municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

O **ISS** de curto prazo refere-se ao recolhimento mensal habitual, além de valores de exercícios anteriores, em cobrança amigável. Os valores do longo prazo, vencidos e não pagos desde julho de 1989, estão sendo cobrados pelo Município do Rio de Janeiro por meio de seis processos judiciais, em fase de execução, que tramitam na 12ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital.

Os **Parcelamentos** compreendem quatro modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, dois parcelamentos ordinários – Previdenciário e PIS/COFINS, aderidos em 28 de maio de 2018 e 13 de julho de 2018, respectivamente, um acordo com a PGFN – Negócio Jurídico Processual – assinado em 29 de maio de 2019, dois processos de pagamento mensal de multas aplicadas pela ANTAQ e um acordo com o Município do Rio de Janeiro, relativo a IPTU.

O **ATP** – Adicional de Tarifa Portuária, instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, tratava-se de cobrança de taxa cuja base de cálculo eram as operações de importação e exportação, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.309, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, conseqüentemente, extinguiu a cobrança do adicional. O saldo permaneceu registrado contabilmente até 26/02/1999, quando a União efetuou transferência do valor aproximado de R\$ 16,8 milhões para baixa parcial do passivo, tendo o aumento do Capital Social como contrapartida.

## 16 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

As obrigações contratuais, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento de Cliente	2.979	6.481	-	-
Expansão Terminal 1	14.994	21.081	34.850	48.872
Cessão de Crédito	193.226	149.898	-	-
Outros	2.828	2.766	-	-
<b>Totais</b>	<b>214.027</b>	<b>180.226</b>	<b>34.850</b>	<b>48.872</b>

A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da CDRJ, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária. O término do contrato está previsto para 16 de janeiro de 2023. A CDRJ vem amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela Libra, referentes às partes fixa e variável do arrendamento.

A **Cessão de Crédito** refere-se aos contratos firmados entre a CDRJ e a União, nos quais a CDRJ transferiu à União parte dos direitos de créditos decorrentes dos contratos de arrendamento firmados com a Libra Terminal Rio e Sepetiba Tecon, vencíveis até o exercício de 2025. A União efetuou o pagamento à CDRJ em Letras Financeiras do Tesouro Nacional, com objetivo exclusivo de quitação de passivo trabalhista. Os valores contabilizados referem-se às parcelas não recolhidas, ou recolhidas parcialmente, e à atualização de valores pagos em atraso.

## 17 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A CDRJ é patrocinadora, em conjunto com as demais empresas do sistema portuário, de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo “benefício definido”, é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, fiscalizada pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda. A CDRJ contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O Portus está sob intervenção federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 23 de agosto de 2011.

A CDRJ e o PORTUS – Instituto de Seguridade Social assinaram, no dia 1º de outubro de 2015, termo de confissão de dívidas, com indicação de forma de pagamento de contribuição patronal. O acordo foi consequência da criação, pela Presidência da República, de um grupo de trabalho com a finalidade de apurar a dívida das patrocinadoras com o Portus. Entretanto, os repasses da União ocorreram apenas no exercício de 2016 e não foram suficientes para liquidar o débito confessado, que vem sendo discutido judicialmente.

Os registros das obrigações foram objeto de perícia contábil, no exercício de 2019, cuja conclusão foi pela baixa dos valores da Reserva por Tempo de Serviço Anterior – RTSA, registrados no Passivo Circulante, visto que, segundo o perito, o pagamento já havia ocorrido. O relatório sugeriu também que a CDRJ mantivesse apenas a provisão das contingências jurídicas. A Diretoria Executiva deliberou por acatar o laudo do perito e determinou a baixa do passivo em sua 2379ª reunião, de 28 de novembro de 2019. O valor das contingências jurídicas, registrado na conta Provisão para Contingências, é de R\$ 62.249 mil.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Contribuições Correntes	1.797	2.842	-	-
Confissão de Dívidas	203.025	271.252	-	-
RTSA	-	-	-	126.873
Déficit Atuarial	-	-	383.492	350.894
<b>Totais</b>	<b>204.822</b>	<b>274.094</b>	<b>383.492</b>	<b>477.767</b>

O déficit atuarial da CDRJ apontado no balanço patrimonial e nos quadros abaixo de R\$ 383.492 mil (R\$ 350.894 mil em 31 de dezembro de 2018), calculado segundo o CPC 33, será equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da CDRJ, em sua 742ª reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). As informações atuariais, de responsabilidade da empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda., estão apresentadas abaixo:

Base de Dados:

	2019	2018
Participantes ativos (passivo principal)	307	310
Participantes assistidos / beneficiários em gozo de benefício	1.332	1.358
Aposentados	655	678
Pensionistas	677	680
Total de participantes	1.639	1.668
<i>Duration</i> da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	10,58	10,50



Formação do Déficit:

	2019	2018
Saldo do passivo atuarial no início do exercício	(350.895)	
Custo líquido no período	(22.719)	
Ganhos atuariais líquidos de capital	212.467	
Pagamento de contribuições	8.419	
Compartilhamento de risco	(230.764)	
Saldo do passivo líquido ao final do exercício	(383.492)	(350.895)

Premissas:

Premissas adotadas (final do ano)	2019	2018
Taxa de desconto (nominal)	6,853%	9,096%
Retorno esperado dos ativos do plano	6,853%	9,096%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	4,00%
Indexador do benefício (apenas inflação)	0,00%	4,00%

Outras Premissas Atuariais Materiais:

	2019	2018
Rotatividade projetada dos empregados	Não disponível	Não disponível
Tábua de mortalidade geral	AT-2000B (Male)	AT-2000B (Male)
Tábua de entrada em invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Valor Justo dos Ativos do Plano:

Ativos	2019		2018	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Principais Categorias de Ativos				
Disponível	658	0,18%	4	0,00%
Realizável	57.103	15,43%	204.474	35,06%
Títulos Públicos	38.748	10,46%	-	0,00%
Ações	107.203	28,96%	106.839	18,32%
Fundos de Investimento	39.860	10,77%	143.419	24,59%
Renda Fixa	39.618		143.173	
Imobiliário	242		246	
Investimentos Imobiliários	115.982	31,33%	118.048	20,24%
Empréstimos e Financiamentos	1	0,00%	1	0,00%
Outros – Depósitos Judiciários	10.627	2,87%	10.469	1,79%
Total do Ativo	370.182	100,00%	583.254	100,00%

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Total do Ativo	370.182	583.254
(-) Contribuições Contratadas em Atraso	(8.828)	(80.415)
(-) Uso Próprio	(5.654)	(7.491)
(-) Exigível Operacional	(18.652)	(10.482)
(-) Exigível Contingencial	(15.680)	(17.043)
(-) Fundo Previdencial	(40.348)	(43.410)
(-) Fundo de Investimento	(6.798)	(6.137)
(-) Fundo Administrativo	(69.664)	(84.635)
Valor Justo dos Ativos	204.558	333.641
Percentual de Rateio	18,208%	18,208%
Valor Justo dos Ativos	37.247	60.751

Conciliação da Obrigação de Benefício Definido – Segregado:

	<b>Ativo (BAC)</b>	<b>Inativo (BC)</b>
Obrigação de benefício definido no início do ano	360.695	357.400
Custo do serviço corrente (parte patronal)	(3.675)	-
Custo dos juros	32.809	30.954
Contribuições de participantes do plano	4.948	-
Benefícios pagos	-	(34.935)
(Ganho) / perda atuarial	(164.916)	(58.728)
(Ganho) / perda atuarial – mudança de premissas	55.173	54.031
(Ganho) / perda atuarial – ajuste de experiência	(51.263)	7.463
(Ganho) / perda atuarial – redução de direitos	(168.826)	(120.222)
Obrigação de benefício definido no final do ano	229.861	294.691

Análises de Sensibilidade:

	<b>Tábua Biométrica</b>		<b>Taxa de Juros</b>	
	10%	- 10%	0,25%	-0,25%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	513.658	536.380	513.502	536.045
Valor justo dos ativos do plano	37.247	37.247	37.247	37.247
(Passivo) / ativo líquido inicial	(476.411)	(499.133)	(476.255)	(498.798)
Passivo do patrocinador com redução de direitos	234.355	244.721	234.283	244.568
Passivo do patrocinador com contribuições futuras	45.781	47.807	45.768	47.777
(Passivo) / ativo líquido a ser compartilhado	(196.275)	(206.605)	(196.204)	(206.453)
Efeito compartilhamento de riscos – participantes	101.258	106.588	101.222	106.509
(Passivo) / ativo líquido a ser reconhecido	(375.153)	(392.546)	(375.033)	(392.289)

Variações	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
Varição da obrigação atuarial	-2,08%	2,25%	-2,11%	2,19%
Varição do passivo / ativo líq. a ser reconhecido	-2,24%	2,43%	-2,27%	2,36%

## 18 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A CDRJ constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Trabalhistas	246.196	251.003
Cíveis	149.651	1.203.057
Tributárias	302.974	273.726
<b>Totais</b>	<b>698.818</b>	<b>1.727.786</b>

Segundo informações da Superintendência Jurídica da CDRJ, as Provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, considerando a fase processual em que se encontram, levando em consideração os valores depositados, levantamentos e cálculos homologados.

Os valores foram atualizados pelos índices dos respectivos tribunais em que tramitam as ações, acrescidos de juros de mora, conforme legislação vigente. Os processos classificados como perda remota foram calculados com base nos pedidos apresentados na inicial. Aqueles considerados como perda possível tiveram seus valores definidos com base em decisões na primeira instância. Os processos classificados como perdas prováveis foram calculados com base na decisão em segunda instância.

Destacam-se as seguintes ações classificadas, pela Superintendência Jurídica, com perdas prováveis:

### Ações Cíveis

Processo	Parte	Tipo	Valor
01055945920048190001	Portus – Instituto de Seguridade	Cobrança	62.249
00059858319974025101	Banco J.P. Morgan	Execução	43.251
00224729519978190001	Portus – Instituto de Seguridade	Execução	19.297
00446082719944025101	Dibens Leasing	Execução	7.601
00793175420148190001	Portus – Instituto de Seguridade	Impugnação	6.225

### Ações Tributárias

Processo	Parte	Tipo	Valor
01627345620018190001	Município do Rio de Janeiro	Execução Fiscal	123.176
01648780320018190001	Município do Rio de Janeiro	Execução Fiscal	42.302
02737979119988190001	Município do Rio de Janeiro	Execução Fiscal	34.083
02683699419998190001	Município do Rio de Janeiro	Execução Fiscal	27.803
03430243719998190001	Município do Rio de Janeiro	Execução Fiscal	26.013

### Ações Trabalhistas

Processo	Parte	Tipo	Valor
01637009519915010041	Sindicato dos Portuários	Horas Extras	100.180
00473006219905010031	Sindicato dos Portuários	Horas Extras	20.000
01010407320165010046	Fernando Vasconcellos de Sá	Reenquadramento PCES	4.154
00648003419955010010	Izaías J Passarelli e outros	Reintegração ao Emprego	3.400
00015723120115010461	Amaro L da Silveira e outros	Adicional de Risco	3.000

### 18.1 Perdas Possíveis Não Provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à CDRJ em R\$ 858.263 mil (R\$ 831.336 mil em 2018), sendo:

- Ações Trabalhistas - R\$ 38.726
- Ações Cíveis - R\$ 675.231
- Ações Tributárias - R\$ 144.306

Segundo à Superintendência Jurídica, apesar de os valores das ações classificadas como perdas possíveis não terem sofrido a correção monetária, os valores atualizados são R\$ 1.040.169 mil, para as ações cíveis, e R\$ 190.540 mil, para as ações tributárias, conforme explicado no item 18.2, a seguir.

Destacam-se as seguintes ações classificadas como perdas possíveis:

### Ações Cíveis

Processo	Parte	Tipo	Valor
00066406920084025101	DM Construtora de Obras	Cautelar	250.000
00137391720134025101	Ministério Público Federal	Improbidade Administrativa	82.018
50417730420194025101	Blatter & Galvão Sidou	Ação Civil Pública	75.424
00023797520158190003	Ivonia Afonso da Paixão	Reintegração de Posse	62.206
50376878720194025101	Multi-Rio Operações Portuárias	Ordinária	47.227

### Ações Tributárias

Processo	Parte	Tipo	Valor
05033114020184025101	Fazenda Nacional	Embargos de Terceiros	50.182
05129561220064025101	Fazenda Nacional	Execução Fiscal	38.102
05033122520184025101	Fazenda Nacional	Embargos de Terceiros	31.040
00517338019934025101	Fazenda Nacional	Execução Fiscal	8.515
00040773420078190024	Município de Itaguaí – RJ	Embargos à Execução	2.888

### Ações Trabalhistas

Processo	Parte	Tipo	Valor
01019122420175010056	Hostilio Jund; Rozental Oliveira	Reenquadramento PCES	1.000
01013080820185010063	Sindicato dos Engenheiros RJ	Adicional de Risco	1.000
01018608720175010004	Sindicato dos Portuários	Diferenças p/ Redução Salarial	1.000
01002901220195010064	Naira de Fátima Oliveira Paes	Assédio Moral	867
01639007720095010007	Milton Abel Varela da Costa	Diferenças de Reajustes CCT	865

## 18.2 Evento Subsequente

Segundo informações da Superintendência Jurídica, a CDRJ celebrou o contrato nº 43/2019 com a empresa César Amaral Assessoria e Perícia Contábil – Sociedade Simples Ltda., cujo objeto é, entre outros, a “*elaboração de provisionamento contábil/financeiro, relacionado aos processos em que a CDRJ figure como parte da relação processual*”.

Após a contratação, a Superintendência Jurídica priorizou o trabalho do provisionamento das ações trabalhistas, visto que o resultado serviria, além de informar as provisões com vistas à preparação do balanço, também para o ajuizamento de um plano especial de execução no Tribunal Regional do Trabalho.

Finalizada a parte trabalhista, a empresa contratada iniciou em 2020 o provisionamento das ações judiciais na esfera cível, razão pela qual, após a identificação da necessidade de adequação, a Superintendência Jurídica solicitou ajustes em algumas ações classificadas como perda provável.

Mais recentemente, no que tange ao provisionado como possível, a Superintendência jurídica informou que, após ajustes, o valor será de R\$ 1.040.169 mil para as ações cíveis e de R\$190.540 mil para as ações tributárias.

Por fim, a Superintendência Jurídica informou que, em relação aos autos nº 5028671-12.2019.4.02.5101, em trâmite na 1ª Vara Federal, provisionado em 2019 com R\$ 1.000 mil, passará em 2020, após reanálise, para R\$ 42.630 mil, tendo em vista os andamentos processuais. Mormente porque, até o ano de 2019, o processo estava tramitando na justiça estadual, incompetente para julgar o feito, razão pela qual foi solicitada e deferida a alteração da competência para julgamento do processo para a Justiça Federal.

## 19 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia. Os valores sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998.

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Repasso ao Portus (2013 a 2016)	194.826	183.853
Subscrição do Estado do Rio de Janeiro	2	2
Modernização Portuária	10.158	9.579
Gerenciamento de Resíduos	1.200	1.132
Correção Monetária Decreto 2.673/98	1.198	1.131
<b>Totais</b>	<b>207.384</b>	<b>195.697</b>

## 20 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, no montante de R\$ 2.455.537 mil está representado por 1.222.461.484 ações:

<b>Acionistas</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Total</b>
União	611.151.091	611.151.092	1.222.302.183
Estado do Rio de Janeiro	79.651	79.650	159.301
<b>Totais</b>	<b>611.230.742</b>	<b>611.230.742</b>	<b>1.222.461.484</b>

O último aumento de Capital Social da Companhia foi homologado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 2015.

## 21 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida está composta da seguinte maneira:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Receita com Arrendamentos	405.168	346.659
Receitas Tarifárias	104.778	97.615
Impostos Federais	(48.116)	(42.469)
Impostos Municipais	(1.136)	(655)
<b>Receita Líquida</b>	<b>460.694</b>	<b>401.150</b>

## 22 – CUSTOS DA OPERAÇÃO

Os custos das operações possuem a seguinte composição:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Pessoal e Encargos	60.867	69.049
Manutenção	13.347	13.403
Serviços de Terceiros	5.512	4.889
Depreciação e Amortização	24.287	6.245
Provisões	3.129	2.698
Impostos e Taxas	8.796	7.464
<b>Totais</b>	<b>115.938</b>	<b>103.748</b>

### 23 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal e Encargos	166.151	190.146
Manutenção	13.653	13.913
Serviços de Terceiros	2.793	3.373
Legais e Judiciais	9.771	8.924
Impostos e Taxas	14.844	14.260
Outras	1.561	1.375
<b>Totais</b>	<b>208.773</b>	<b>231.991</b>

### 24 – PROVISÕES CONTÁBEIS LÍQUIDAS

As Provisões estão compostas da seguinte maneira:

	31/12/2019	31/12/2018
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.912)	(43.441)
Provisão de Férias	10.721	833
Provisão para o 13º Salário	(6.156)	(6.286)
Provisão para FGTS do 13º Salário	(524)	(11)
Provisão para Contingências	1.021.947	(147.386)
Outras	-	(3)
<b>Totais</b>	<b>1.016.076</b>	<b>(196.294)</b>

### 25 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Aluguel	11.628	11.921
Multas Aplicadas	11	2.967
Recuperação de Vencimentos	-	35.406
Outras	764	791
<b>Totais</b>	<b>12.403</b>	<b>51.085</b>

A conta **Recuperação de Vencimentos**, que registra o recebimento do ressarcimento com os gastos relativos aos empregados da CDRJ cedidos a outros órgãos ou entidades, deixou de ser contabilizada como receita, no exercício de 2019, e passou a reduzir o grupo das contas relativas aos gastos com pessoal.

## 26 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Baixa do Ativo Imobilizado	84.947	-
Ajustes Diversos	5	117
<b>Totais</b>	<b>84.952</b>	<b>117</b>

## 27 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas Financeiras	53.101	31.673
Despesas Financeiras	(169.191)	(278.510)
<b>Totais</b>	<b>(116.090)</b>	<b>(246.837)</b>

## 28 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 28.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos e passivos financeiros é a seguinte:

Ativos financeiros	31/12/2019			31/12/2018
	Custo amortizado	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.825	2.825	14.520
Caixa restrito	15.569	-	15.569	37.625
Contas a receber	69.792	-	69.792	19.127
	<b>85.361</b>	<b>2.825</b>	<b>88.186</b>	<b>71.272</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Valores a Receber	46.891	-	46.891	40.773
Depósitos Judiciais	165.012	-	165.012	329.969
Partes Relacionadas	293.215	-	293.215	293.215
Cauções e Depósitos Vinculados	338.208	-	338.208	284.108
Outros Ativos	627	-	627	539
	<b>843.953</b>	<b>-</b>	<b>843.953</b>	<b>948.604</b>
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>929.314</b>	<b>2.825</b>	<b>932.139</b>	<b>1.019.876</b>
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores	6.310	-	6.310	4.666
Obrigações Contratuais	214.027	-	214.027	180.226
Adiantamentos	7.023	-	7.023	7.023
	<b>227.360</b>	<b>-</b>	<b>227.360</b>	<b>191.915</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Adiantamentos	16.391	-	16.391	25.752
	<b>16.391</b>	<b>-</b>	<b>16.391</b>	<b>25.752</b>
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>243.751</b>	<b>-</b>	<b>243.751</b>	<b>217.667</b>



## 28.2 Classificações contábeis e valores justos

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar de fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizaram para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

## 29 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A CDRJ possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada em sua página eletrônica. A política estabelece regras e consolida os procedimentos a serem observados pela Companhia quando da ocorrência de transações entre partes relacionadas, assegurando a competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade nas transações. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores da CDRJ. As definições de partes relacionadas estão contidas no Pronunciamento Técnico nº 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Dentre as transações realizadas pela CDRJ com suas partes relacionadas, destacamos:

**Transações com o Tesouro Nacional:** A CDRJ celebrou três contratos de cessão de créditos, com o Tesouro Nacional, nos exercícios de 1998 a 2000, nos quais a CDRJ transferiu à União os direitos de créditos decorrentes de dois contratos de arrendamento: C-DEPJUR Nº 010/98, de 11/03/1998, celebrado entre a CDRJ e o arrendatário Libra Terminal Rio S.A. e o contrato C-DEPJUR Nº 069/98, de 23/10/98, celebrado entre a CDRJ e o arrendatário Sepetiba Tecon S.A. Dos créditos decorrentes do arrendamento da Libra Terminal Rio S.A. resultaram dois contratos de cessão, relativos à parte fixa e variável, cujos vencimentos ocorrerão em 8 de maio de 2023. O contrato relativo ao arrendamento da Sepetiba Tecon S.A. possui vigência até 1º de outubro de 2025.

**Transações com a Petrobrás:** A Petrobrás opera com duas de suas filiais no Porto do Rio de Janeiro, em terminal privativo e com utilização do cais público. Quando opera em área privativa, a empresa efetua pagamento das tarifas portuárias de acesso ao canal e de fundeio. No cais público, são cobradas tarifas de atracação, movimentação de cargas e serviços diversos. No exercício de 2019, o valor total faturado foi de R\$ 34.966 mil (R\$ 32.410 em 2018).

**Transações com Cessionários:** A CDRJ cede mão de obra para as entidades públicas abaixo listadas:

Advocacia-Geral da União - AGU

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT

Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL

Ministério da Infraestrutura – MINFRA

Prefeitura de Camboriú

Prefeitura do Rio de Janeiro

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Os cessionários transferem à CDRJ, mensalmente, a título de ressarcimento, os valores relativos aos gastos com os salários e demais benefícios. O valor total do ressarcimento no exercício de 2019 foi de R\$ 22.368 mil (R\$ 26.288 mil em 2018) e valor médio mensal foi de R\$ 1.721 mil (R\$ 2.022 mil em 2018).

**Transações com o INEA:** A CDRJ celebrou o Termo de Convênio nº 120/2012 com o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba. Após o término do contrato, o INEA realizou prestação de contas e pleiteou aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil, que deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e determinou a cobrança. Até o encerramento do exercício de 2019, permanecia em aberto o valor a receber do ente.

**Transações com o Município do Rio de Janeiro:** A CDRJ possui saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis declarados de utilidade pública, ocorrida no exercício de 2014. O saldo a receber em 2019 era de R\$ 47.360 mil (R\$ 47.079 em 2018).

**Outras transações:** A CDRJ mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Empresa Brasil de Comunicações – EBC, Companhia Docas do Pará – CDP e Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON.

**Remuneração de empregados e dirigentes (valores expressos em Reais):**

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros da diretoria:

	2019	2018
<b>Benefícios de Curto Prazo</b>		
Honorários, benefícios e encargos	1.389.075,29	1.382.770,84
Remuneração variável	326.097,44	311.703,86
<b>Benefícios Pós Emprego</b>		
Remuneração compensatória - quarentena	418.804,68	-
<b>Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho</b>		
Férias proporcionais e indenizadas	78.548,06	-

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Conselho de Administração	252.019,48	297.363,73
Conselho Fiscal	190.553,39	198.565,93
Comitê de Auditoria Estatutário	56.121,45	-

Informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas aos diretores e aos empregados no exercício:

	<b>2019</b>		<b>2018</b>	
	Diretores	Empregados	Diretores	Empregados
Maior Remuneração	35.451,66	67.066,40	33.849,25	65.623,35
Menor Remuneração	26.207,13	1.325,54	26.207,13	1.502,28
Remuneração Média	28.939,07	11.213,86	28.807,73	11.659,87

### **30 – EVENTOS SUBSEQUENTES – COVID 19**

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando pelo surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como Pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS, onde eventuais efeitos produzidos pelas ações governamentais para conter sua disseminação poderão impactar negativamente os negócios da Companhia e, conseqüentemente, suas demonstrações financeiras.

Nesse sentido, a Administração esclarece que, em consonância com o disposto no CPC 24 – Eventos Subsequentes e, diante das atuais informações e dados sobre essa pandemia e os potenciais impactos na atividade econômica global, não há como aferir nesse momento quais efeitos relevantes podem impactar as demonstrações financeiras, a continuidade dos negócios e/ou as estimativas contábeis mais significativas. Entretanto, a Companhia segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema para que decisões tempestivas possam ser tomadas para minimizar seus reflexos.

FRANCISCO A. M. LARANJEIRA  
DIRETOR – PRESIDENTE  
CPF Nº 332.852.767-20

SHALON CHARLES S. GOMES  
DIRETOR  
CPF Nº 014.363.387-27

JEAN PAULO CASTRO E SILVA  
DIRETOR  
CPF Nº 771.428.456-00

HELIO SZMAJSER  
DIRETOR  
CPF Nº 553.615.367-68

EDUARDO PIRES SOARES  
CONTADOR – CRC/RJ 110913/O-7  
CPF Nº 080.022.657-77



---

DOCAS DO RIO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA